



ISSN: 2175-5493

X COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

28 a 30 de agosto de 2013

## A EDUCAÇÃO INSTITUCIONAL ENQUANTO INSTRUMENTO IDEOLÓGICO DA CLASSE DOMINANTE

Danilo Bandeira dos Santos Cruz  
(UESB)

José Rubens Mascarenhas de Almeida\*\*  
(UESB)

### RESUMO

O objetivo do presente texto é o de analisar como o sistema do capital tem se apropriado da educação Geográfica institucionalizada para produzir/reproduzir ideologias como mecanismo de afirmação das contradições próprias do seu metabolismo e como essa mesma Geografia pode se apresentar, de maneira contraditória, na produção da contraideologia. Para tanto, foi analisada a realidade do Curso de Licenciatura plena em Geografia da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB – a partir dos currículos que deram consistência e orientação aos processos educativos dessa disciplina ao longo desses vinte e sete anos de história (1985-2012), entendendo que a memória, inscrita em tais documentos, esconde/revela contradições, disputas, resistências e ideologias. Revela/esconde ainda, um constante processo de construção de uma ciência geográfica “crítica” permanentemente em vias de consolidação, cuja trajetória esteve marcada por avanços e retrocessos.

**PALAVRAS-CHAVE:** Geografia. Memória. Ideologia. Educação.

### INTRUDUÇÃO

Os seres humanos ao longo de todo o processo de produção e reprodução das condições necessárias para a sua vida e sobrevivência, desenvolveram – e seguem na mesma via – os instrumentos de produção indispensáveis no processo de suprimento de suas necessidades reais (alimentação, vestimentas, abrigo, lazer, saúde, etc.). Deste modo, estabeleceram relações cada vez mais complexas entre si, chegando à divisão social e internacional do trabalho como estratégia de

---

\*\* Orientador. Doutor em Ciências Sociais pela PUCSP, docente da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, coordenador do GEILC/Museu Pedagógico da UESB e pesquisador do NEILS (Núcleo de Estudos de Ideologia e Lutas Sociais).



ISSN: 2175-5493

X COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

28 a 30 de agosto de 2013

organização. A ampliação desta realidade alcançada com os avanços dos diferentes modos de produção se intensificou com a dinâmica capitalista, cujo sistema de reprodução, por ele criado para se perpetuar, alcança, em suas bases materiais, o agenciamento da subjetividade através da inversão da realidade. Essa inversão é estabelecida pela própria atividade dos homens em sua luta diária e se manifestou mais incisivamente a partir da divisão social do trabalho. Com esta, houve o estranhamento, por parte dos sujeitos, da própria realidade por eles produzida.

Apesar de se tratar de um fenômeno cujos indícios remontam as primeiras sociedades humanas, a divisão social do trabalho se tornou mais evidente a partir do estratégico mecanismo de especializações definidas pelo industrialismo, que acabaram promovendo a ampla fragmentação do trabalho, levando a classe trabalhadora a perceber os produtos do seu labor (consequentemente toda a realidade material) de maneira invertida, isto é, acabaram por tomar o fim (produto, aparência) como meio (processo), sendo incapazes de perceberem este último. Dessa forma, para se alcançar a compreensão da dinâmica de agenciamento do modo de pensar e agir, através do qual a sociedade se produz e reproduz aos moldes do sistema do capital, é preciso partir de pressupostos reais, isto é, da atividade e condições materiais de vida dos indivíduos, “tanto aquelas por eles já encontradas, como as produzidas por sua própria ação” (MARX; ENGELS, 1987, p.26). A atividade de percepção dessa realidade encontra no empírico a base necessária para a sua afirmação.

Essas condições materiais se desenvolvem concretamente, através do movimento incessante de criação de instrumentos indispensáveis para se suprir necessidades. São estas as responsáveis por determinar toda e qualquer ação humana. É com base nelas que os sujeitos agem, em relação com os outros elementos da natureza, realizando trabalho para garantir a sua satisfação. Dessa forma, os sujeitos estabelecem suas atividades de modificação do ambiente para produzir os seus meios de vida e, consequentemente, produzem a sua própria vida



ISSN: 2175-5493

X COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

28 a 30 de agosto de 2013

material. “O modo pelo qual os homens produzem seus meios de vida depende, antes de tudo, da natureza dos meios de vida já encontrados e que têm de reproduzir” (MARX; ENGELS, 1987, p.27).

Com o crescimento da população mundial, fica cada vez mais clara essa dinâmica de produção, que passa a depender diretamente dos intercâmbios entre os indivíduos, ampliando a força das relações de interdependência e cimentando as bases para o crescimento intensivo do protagonismo societário. Nesse ritmo, são criadas novas forças produtivas e, com isso, a divisão do trabalho também se intensifica.

A divisão do trabalho no interior de uma nação leva, inicialmente, à separação entre o trabalho industrial e comercial, de um lado, e o trabalho agrícola, de outro, e, com isso, a separação da cidade e do campo e a oposição de seus interesses. Seu desenvolvimento ulterior leva à separação entre o trabalho comercial e o trabalho industrial (MARX; ENGELS, 1987, p.29).

Os diferentes processos de divisão do trabalho refletem as relações sociais historicamente estabelecidas, o modo de produção, o grau de desenvolvimento das forças produtivas e a própria formação dos sistemas de ideias consolidados em um dado período e sob o domínio de um grupo determinado, que detém os meios de produção da vida material e, por conseguinte, da espiritual. Mas, esse processo se estabelece de fato no momento em que a sociedade alcança um grau de desenvolvimento de forças produtivas, cuja organização passa a exigir a separação entre o trabalho intelectual e o manual. A partir de tal momento, criam-se as bases concretas para o surgimento de concepções distorcidas da realidade (MARX; ENGELS, 1987).

Essa dicotomia entre trabalho manual e intelectual se estabelece e se aprofunda a partir do desenvolvimento da divisão do trabalho, pelo fato de tal divisão se materializar como distribuição de atividades desiguais entre homens, também, desiguais, que compartilham distintos produtos: “Além do mais, com a



ISSN: 2175-5493

X COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

28 a 30 de agosto de 2013

divisão do trabalho é dada ao mesmo tempo a contradição entre o interesse do indivíduo ou da família singulares e o interesse coletivo de todos os indivíduos que se relacionam entre si” (MARX; ENGELS, 1987, p. 46-47).

Nessa via dinâmica de interesses divergentes, o Estado, de modo geral, passa a assumir um papel fundamental de pretensão representante de uma vontade coletiva que se sobrepõe àquela encontrada em cada indivíduo, estabelecendo como ideal de justiça o objetivo de se defender o bem comum. Acontece que, numa sociedade organizada em classes, existe uma que se dispõe como dominante e que detém o poder político, responsável por generalizar os seus interesses particulares, tornando todo o que é, de fato, apenas parte. Dessa maneira, o ponto de vista parcial dos grupos dominantes se consolida e, ao mesmo tempo, intensifica o embate entre a vontade particular e a coletiva. Esta última passa a assumir, portanto, uma forma estranha aos indivíduos. Uma força preponderante que determina o ordenamento social sob os moldes da propriedade privada, indiferente à vontade individual.

Assim, através de relações reais de produção das condições de vida, os homens entram em contato entre si, estabelecendo um ordenamento capaz de promover a distribuição desigual de tarefas como manifestação, num estágio mais complexo de desenvolvimento, da indispensável busca pela superação de suas necessidades. E esse processo acaba tomando uma dimensão que foge ao controle dos próprios sujeitos que dele participam. A realidade, assim produzida, passa a se manifestar de maneira invertida, levando os criadores ao estranhamento de sua própria criação e, conseqüentemente, à representação distorcida do mundo real.

Um dos traços fundamentais da ideologia consiste justamente em “tomar as ideias como independentes da realidade histórica e social, de modo a fazer com que tais ideias expliquem aquela realidade, quando, na verdade, é essa realidade que torna compreensivas as ideias elaboradas” (CHAUÍ, 1980, p. 7). Dessa maneira, os significados das “coisas” estão submetidos às relações sociais materiais e



ISSN: 2175-5493

X COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

28 a 30 de agosto de 2013

concretas. Eles são explicados pela realidade material, construtos sociais, frutos de agentes de determinados tempo e espaço. O real é um processo, um movimento temporal, histórico, de constituição dos seres e de suas significações. No âmbito desse processo, a realidade se constitui na dinâmica de vida dos sujeitos em seu cotidiano, pois a regularidade, as repetições e as evidências, mantidas pelo ritmo comum da vida humana, acabam cunhando a consciência dos indivíduos de modo a tornar independente e natural o caráter dos fenômenos sociais e isto constitui o mundo da *pseudoconcreticidade*, da ideologia. É um claro-escuro de verdade e engano (KOSIK, 1976, pg. 11).

Sendo assim, o caráter ideológico se configura enquanto conjunto de condutas, valores e normas consolidados na dinâmica de vida das pessoas dentro de um determinado tempo/espaço. Trata-se da existência concreta de modos específicos de vivência e convivência dos sujeitos, que se mantêm “coesos” na estrutura social estabelecida. A ideologia age, assim, como base da estrutura social, legitimando o aparato cultural historicamente cristalizado e, portanto, reafirmando o poder político e sua organização.

Nesse sentido, enquanto elemento estruturante da atividade humana, a ideologia não deve ser analisada, exclusivamente, em suas manifestações subjetivas, desvinculada da realidade objetiva, concreta. Ela se adere à dinâmica social como processo único, no qual a consciência dos sujeitos se integra à sua *práxis* social. Não é possível admitir, portanto, as dicotomias referendadas no seio das ciências sociais: teoria e prática, pensadores e trabalhadores. Estes últimos, por mais alienados que sejam em suas atividades de trabalho, desenvolvem alguma atividade intelectual, longe de sua profissão, seja como filósofo, poeta, escultor, músico, entre outros. São, sem dúvidas, criadores, intelectuais. Em outras palavras, a alienação existe, mas não é um processo inerente à condição humana daqueles que trabalham, mas uma estrutura que condiciona a reprodução do sistema, estabelecido como construto social.



ISSN: 2175-5493

X COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

28 a 30 de agosto de 2013

Gramsci (1977), ao analisar o papel da ideologia, afirma a existência de duas estruturas configuradas no seio da sociedade. Uma delas é a civil – e que aqui nos interessa no momento –, que corresponde ao conjunto de organismos chamados comumente de privados e que se dispõe de maneira a receber toda a orientação determinada pelo grupo historicamente estabelecido no poder. Este grupo hegemônico regula toda a dinâmica social por intermédio da “estrutura política ou do Estado”, que assegura, de maneira legítima, a disciplina da massa, mesmo que esta disciplina não represente a ausência de conflitos.

O processo de reprodução ideológica é estabelecido por intermédio dos agentes pedagógicos ou, como denomina Gramsci (1977, p. 11) de intelectuais, comissários do grupo dominante, cujas ações ajudam a garantir a coesão social com base na submissão naturalizada da classe que vive da venda de sua força de trabalho em relação ao grupo hegemônico. A irradiação dessa concepção de mundo fica, justamente, a cargo dos intelectuais, atuantes nas diferentes instituições da sociedade civil. É deste modo que a ideologia torna-se parte da produção cultural, religiosa, familiar e educacional como um todo.

As instituições educacionais – mas não só estas – se encarregam de transmitir os valores, costumes e modelos pré-formatados de leitura, interpretação e representação do mundo, voltados aos interesses da classe dominante ou do sistema do capital. Sendo assim, tais instituições são constituídas como verdadeiras indústrias produtoras e reprodutoras ideológicas da classe trabalhadora, bem como dos padrões de vida contraditórios estabelecidos pela ordem burguesa e naturalizadamente configurados no cotidiano social. Isto acontece porque, para que o sistema produtivo do capital se perpetue, é necessário difundir um sistema determinado de valores no sentido de se aceitar que todos são iguais perante a lei, isto é, trata-se da lógica indispensável de se estabelecer um sistema de ideias que reafirme perenemente esses valores na mente dos indivíduos (MESZÁROS, 2005). A presente educação se afirma na dinâmica social, através da



ISSN: 2175-5493

X COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

28 a 30 de agosto de 2013

sua essencial tarefa de regular comportamentos e direcioná-los no sentido da adequação à realidade produzida pela lógica do capital. Dessa maneira, as instituições responsáveis pela produção-reprodução do conjunto de conhecimentos desenvolvidos historicamente pelas sociedades, desempenham tal função a partir de concepções determinadas e, em geral, distorcidas, fruto da desigual relação entre os sujeitos.

Dessa forma, servir à lógica dos mercados, através da reprodução ideológica da classe trabalhadora e da formação de intelectuais responsáveis pela difusão do sistema de ideias consolidado, tem se constituído base elementar da educação institucionalizada, em especial, a de nível superior, cuja legitimidade e importância junto à sociedade têm contribuído no processo de produção (e reprodução) ideológica e, com isso, ratificado seu papel deturpador, em muitos casos, do conhecimento da realidade empírica.

Servem de exemplo os conhecimentos produzidos pela disciplina de geografia, os quais estiveram atrelados às expectativas dos países centrais em torno do projeto de legitimação do Estado burguês durante o século XIX. Os saberes desenvolvidos por tal disciplina se pautavam, principalmente, em estudos sobre o território, tendo em vista a consolidação de uma memória ideologizada, marcada pelo “processo ininterrupto de doutrinação patriótica”, fazendo com que os conhecimentos geográficos estivessem sempre atrelados aos interesses dos “órgãos administrativos e dos escritórios do Estado com informações e interpretações acerca dos lugares e dos fluxos ocorrentes no território” (MORAES 2002b, p. 33).

Nesse sentido, Mészáros denuncia a história oficial, revelando a clara associação de tal ramo do conhecimento com os interesses específicos da classe dominante, a qual, através do controle que exerce sobre todo sistema de ideias, manipula e distorce os fatos transcorridos ao longo do tempo: “Reescrita e propagandeada de uma forma ainda mais distorcida, não só nos órgãos que em



ISSN: 2175-5493

X COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

28 a 30 de agosto de 2013

larga escala formam a opinião política, desde os jornais de grande tiragem às emissoras de rádio e de televisão, mas até nas supostamente objetivas teorias acadêmicas” (MESZÁROS, 2005, p. 37).

Não há dúvidas de que, para se alcançar a compreensão da intensa realidade de transformações que se manifestam na expressa via da educação institucionalizada, é imprescindível partir de pressupostos reais, percebidos à luz da dinâmica histórica produzida permanentemente pelos homens em sua luta cotidiana pela manutenção de suas próprias vidas. Tal luta não se realiza em igualdade de condições, mas, longe disto, ela é tecida através das contraditórias e desiguais relações sociais, as quais se manifestam em todas as esferas. Nas instituições de ensino, inclusive nas universidades, que nada mais são do que produto de tais contradições se desenrola o processo preponderante, mas não único, de reprodução dessas relações de dominação historicamente estabelecidas.

A educação acadêmica, portanto, apesar da propagada imagem da neutralidade científica, se constitui, também, num importante instrumento de reprodução de ideologias dominantes. Dessa forma, ela não deve ser pensada de maneira isolada, longe das demais esferas sociais, mas, antes de tudo, precisa partir justamente do pressuposto de que é parte integrante e indissociável dos processos de produção social. Ela reflete, inclusive, as tensões da sociedade, fruto da relação desigual entre os sujeitos e os interesses divergentes que eles possuem. As atividades acadêmicas, longe de representarem neutralidade, servem, sobretudo, aos interesses da classe que detém o seu controle. Sendo assim, “descobertas que se voltem contra esses interesses são omitidas, eliminadas ou combatidas, com maior ou menor intensidade, dependendo do risco que representam à estabilidade do sistema social” (CYRINO, 1987, p. 46).

Acontece, na sociedade do capital, em que prevalecem os interesses de uma minoria que detém o poder econômico, uma verdadeira subordinação da ciência às intenções desta minoria. Essa submissão é legitimada pelo Estado, que possui o





ISSN: 2175-5493

X COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

28 a 30 de agosto de 2013

poder político de regulamentar as práticas sociais através das leis. Mészáros (2005) chama a atenção para o sentido atribuído à ciência durante as grandes guerras do século passado. O conhecimento científico serviu de base fundamental para a dinâmica conflituosa do período citado, ao que se pode chamar de “militarização da ciência sob a pressão dessas determinações econômicas” (p. 276).

Os processos acadêmicos de educação, desenvolvidos no âmbito da dinâmica capitalista, apesar de serem tomados pela sociedade como autônomos, em sua essência se voltam às necessidades do grupo dominante, o qual usa do poder que possui para exigir uma adequação dos conhecimentos científicos ao processo de produção. Isto se explica, principalmente, pela crescente dependência financeira à qual as instituições acadêmicas estão submetidas. A classe detentora dos meios de produção serve-se de uma força preponderante dentro do sistema do capital para manter o controle das diversas instituições educacionais. Por sua parte, a ideologia da neutralidade científica se encarrega de manter um sistema de ideias que assegure a cegueira social quanto ao verdadeiro sentido da dinâmica educacional na esfera acadêmica. Além disso, ela consegue minar a mobilização das classes subalternas através do *status* de superioridade intelectual que transmite, fato que leva à consolidação da ideia de que os problemas da humanidade devem ser resolvidos por “pessoas especializadas, legitimando assim as decisões e possibilitando a hegemonia de uma classe sobre a outra” (CYRINO, 1987, p. 48).

Mas, apesar do seu caráter marcadamente reprodutor, a educação, por se apresentar como campo legítimo diante da sociedade, não figura apenas como instrumento de produção e reprodução da classe dominante. Ela não caminha em uma única direção. Pelo contrário, ela se estabelece, essencialmente, como campo de luta das classes, mesmo que dentro dessa luta esteja mais visível a preponderância da classe dominante que sobre ela (instituição) mantém o seu poder regulador.



ISSN: 2175-5493

X COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

28 a 30 de agosto de 2013

As instituições de ensino se estruturam no movimento dialético, pois abarcam a realidade teórica e prática da vida social regida pelo sistema do capital, e refletem o próprio metabolismo social concreto, como a inevitável desigualdade entre classes e os conflitos dentro das quais se estabelecem permanentemente. A educação institucionalizada representa as forças contraditórias do sistema do capital e, através destas, deve se consolidar como alternativa contraideológica ou contra a ideologia dominante e em favor da classe trabalhadora que, tendo reconhecido os processos de inversão da realidade, pode se tornar uma ameaça para a continuidade da ordem dominante (MESZÁROS, 2005).

É, ao possibilitar a apreensão do conhecimento sistematizado por parte das classes sob domínio, a partir da revelação das reais relações de poder em que se configura a sociedade e, principalmente, através das ações concretas que extrapolam as salas de aulas, os gabinetes, os fóruns de discussão acadêmicos, que a investida contra a ordem dominante deve acontecer, tendo como base o organismo educacional estruturado por essa mesma ordem para assegurar a manutenção de seu controle social. Nesse processo, os professores possuem papel de destaque, pois figuram como agentes pedagógicos, responsáveis diretos pelo ato de estimular pensamentos e direcioná-los conforme interesses específicos. Estes podem representar (e em geral é o que mais se verifica) as intenções da classe dominante, de perpetuar o metabolismo societário do capital (MESZÁROS, 2005) a partir da manipulação dissimulada do pensamento. Isto feito no campo da educação formalizada, por envolver um número extremamente significativo de sujeitos que fazem parte das novas gerações e, que, portanto, precisam receber a carga histórica deixada pelo mundo dos mais “experientes”.

É assim que, em geral, os professores têm participado do processo educativo. Os estudantes recebem uma educação que favorece o processo de perpetuação de sujeitos cativos, os quais participam da lógica concreta e permanente de produção-reprodução das ideologias dominantes e, por isto, são



ISSN: 2175-5493

X COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

28 a 30 de agosto de 2013

submetidos à dinâmica do capital para que o reproduzam de forma naturalizada. Esta problemática, aparentemente sem muita relevância para a sociedade, ajuda a compor um quadro preocupante: o da perpetuação do metabolismo societário do capital, marcado pelo contínuo aumento das diferenças sociais absurdamente naturalizadas pelas ideologias propagadas através da educação formal.

Cabe ressaltar a importância de se estabelecer uma direção contrária à lógica do capital no âmbito do sistema de ensino, e isto não será possível por intermédio de discursos ou teorias bem intencionadas de intelectuais interessados no assunto. Trata-se de perceber a educação não de forma isolada, separada dos processos sociais, mas, antes de tudo, como parte indissociável desses processos. Sendo assim, ela se constitui no cotidiano das transformações produzidas diante da realidade concreta, a qual se apresenta em sua dinâmica de contradições e nas lutas constantes dos homens por interesses divergentes. Reitera-se, portanto, a inviabilidade de se buscar outra realidade educacional por meio de simples ideias, que servem apenas à representação de tal realidade. Acreditar na transformação dissociada da luta real é cair no terreno da ideologia, que tem servido para reafirmar a ordem dominante.

## REFERÊNCIAS

- CHAUÍ, Marilena. **O que é ideologia?** São Paulo: Brasiliense, 1980.
- CYRINO, Hélio (Org.). **Ideologia Hoje**. 2ª. Ed. Campinas. SP: Papirus, 1987.
- GRAMSCI, Antonio. *QuadernidelCarcere*. Edição crítica do Instituto Gramsci, org. Valentino Gerratana. Torino: Ed. Einaudi, 1977.
- KOSIK, Karel. **Dialética do concreto**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.
- MARX, K; ENGELS, F. **Manifesto do partido comunista**. 6ª ed. São Paulo: Global, 1977.
- \_\_\_\_\_. **A Ideologia Alemã**. São Paulo: Martin Claret, 2006.
- MÈSZÁROS, István. **A Educação para além do Capital**. São Paulo: Boitempo, 2005.
- MORAES, Antonio Carlo Robert. *Geografia: Pequena História Crítica*. 18ª Ed. São Paulo: Hucitec, 2002.